

28 JAN 1990

2 • Jornal de Brasília

Economia - Brasil

Opinião

O livre mercado

Ao qualificar como "cartórios" as reservas de mercado existentes no Brasil, o presidente eleito Fernando Collor traçou com objetividade os rumos da nova política do País em relação a uma das mais sérias distorções a que foi submetida aqui a prática do capitalismo. Aliás, o presidente eleito foi além, ao definir como "capitalismo primitivo" a nossa atual forma de organização econômica.

As reservas de mercado criadas e protegidas pelo Estado, a cartelização de setores econômicos sob os auspícios de políticas públicas, os subsídios que transferem renda da sociedade para grupos específicos e a corrupção pura e simples nas relações econômicas constituíram ao longo dos anos fator de deformação do mercado, virtualmente inexistente hoje no Brasil na forma como o conhecem as economias mais desenvolvidas.

A ausência de liberdade no mercado, substituída pelo desequilíbrio na correlação de forças das partes que nele atuam, deu lugar a uma crescente indisposição social contra o capitalismo, a ponto de ter prosperado, até em segmentos em geral bem informados, a idéia de que esse sistema é socialmente irresponsável. Grave engano, como o demonstram muitos países que conseguiram avançar e modernizar o capitalismo até a consecução quase plena dos seus objetivos nacionais. Avançar e modernizar o sistema é a missão que temos agora para não perder o timing da história.

O Brasil possui curiosa aptidão para desmoralizar teorias econômicas e estratégias de desenvolvimento, não por incompetência específica, mas por negligência, às vezes, e por displicência ética, outras vezes. A reserva de mercado, instrumento legítimo que outros países adotaram com êxito, tem sido aqui um fiasco. A indústria automobilística é exem-

plo gritante: 50 anos após implantada e mantida por generosa política protecionista, não conseguiu ainda estabelecer um parque automobilístico nacional, acomodada que ficou na posição de mera montadora de modelos obsoletos nos países de origem.

No setor da informática, vital para o presente e o futuro do País, onde há espaço inequívoco para rápidos avanços, o aparato institucional público erguido para gerir a reserva perdeu-se no emaranhado dos critérios equívocos ou duvidosos e os resultados são os que presenciamos agora: o País parou no nível do computador pessoal e os raros avanços tentados esbarram no cipoal de interesses que capturou a burocracia estatal do setor. Paradoxalmente, a política de informática, ideologizada, passou a constituir fator de perturbação do esforço nacional de capacitação tecnológica, como se demonstrou há pouco no incompreensível episódio do voto à importação de componentes para workstations, quando se permite, cada vez mais, a importação de estações completas de fabricantes americanos. A linha divisória entre o interesse de grupos e o interesse nacional tornou-se demasiado difusa.

O futuro governo está referenciando uma mudança qualitativa importante na prática política e econômica do País. Para ter êxito, e a Nação espera que o tenha, deveria começar renovando o estamento burocrático, onde muitos interesses interagem para torná-lo míope ou suspeito. As reservas de mercado devem ser utilizadas como bem as definiu em Washington o presidente eleito, isto é, para impulsionar o desenvolvimento em setores fundamentais para o País, não para proteger os negócios de grupos que, às vezes, são meros agentes de interesses internacionais.